



PROCESSO Nº : 2018/33000/00056
UNIDADE GESTORA : 330100
EXERCÍCIO FINANCEIRO : 2017
ASSUNTO : Prestação de Contas Anual
TIPO DE AUDITORIA : Avaliação da Gestão

RELATÓRIO DE AUDITORIA Nº 14/2018

SGD Nº 2018/09049/000606

Consoante às disposições contidas na Instrução Normativa nº 006/2003 do Tribunal de Contas do Estado – TCE-TO, procedemos a análise da Prestação de Contas Anual da **Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura e Pecuária - SEAGRO**, nos termos do inciso XII, alínea “b” do artigo 3º da Lei nº 2.735/2013 e do Decreto nº 5.364/2016, alterado pelo Decreto nº 5.573, de 27 de janeiro 2017.

2. O processo está composto de todas as peças relacionadas no art. 9º da Instrução Normativa nº 006/2003.

3. Os relatórios e demonstrativos contábeis de natureza orçamentária, financeira e patrimonial são resultantes dos fatos ocorridos e dos atos praticados pelos responsáveis indicados, no período de **1º de janeiro a 31 de dezembro de 2017**, e evidenciam os resultados alcançados na gestão dos recursos orçamentários, financeiros e patrimoniais alocados na Unidade Orçamentária.

3.1 O Balanço Orçamentário, às **fls. 138/139**, apurado a partir do comparativo entre a receita e a despesa executadas no período, demonstra **déficit** orçamentário de **42,52%**, que foi justificado através de Nota Explicativa, à **fl. 190 e 191**, por não ser um órgão arrecadador, e totalmente dependente dos recursos do Tesouro Estadual, em obediência ao princípio da Unidade de Tesouraria.

3.2 A realização da receita demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos autorizada pela Lei Orçamentária Anual, indica um **bom** nível de execução com percentual médio **134,37%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
Receitas Correntes	2.728.034,00	509.471,07	18,68
Receitas de Capital	9.161.966,00	15.467.264,47	168,82
(-) Deduções da Receita	0,00	0,00	-
TOTAL	11.890.000,00	15.976.735,54	134,37



[Assinaturas manuais]



FONTE DE RECURSOS	ATUALIZADA	ARRECADADA	%
103	0	1.994,48	0,00
100	0	36,49	0,00
225	6.800.000,00	15.959.704,57	234,70
4220	5.000.000,00	0	0,00
5236	90.000,00	15.000,00	16,67
TOTAL	11.890.000,00	15.976.735,54	134,37

3.3 A realização da despesa, demonstrada por categoria econômica e fonte de recursos, indica um **bom** nível de execução das dotações autorizadas pela Lei Orçamentária Anual, com percentual médio de **69,11%**, conforme quadros a seguir:

CATEGORIA ECONÔMICA	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
Despesas Correntes	31.804.152,00	24.384.845,68	76,67
Despesa de Capital	8.416.649,00	3.410.477,97	40,52
TOTAL	40.220.801,00	27.795.323,65	69,11

FONTE DE RECURSOS	AUTORIZADA	EXECUTADA	%
100 – Recursos Ordinários	23.728.431,00	21.734.657,81	91,60
103- Contrapartida	2.370,00	2.369,50	99,98
104 - Recursos do Tesouro - Emenda Parlamentar	4.600.000,00	4.160.000,00	90,43
225 - Rec. de Convênios com Órgãos Federais	6.800.000,00	849.798,07	12,50
4220 - Operações de Crédito Externas - Em Moeda	5.000.000,00	1.029.749,07	20,59
5236 - Doação	90.000,00	18.749,20	20,83
TOTAL	40.220.801,00	27.795.323,65	69,11

3.4 As alterações no orçamento inicial, verificado à fl. **138/139**, **redução de 18,81%**, o que, preliminarmente, não significa dizer que houve descumprimento do limite estabelecido na LOA, uma vez que a variação, em relação ao orçamento total do Executivo, foi dentro do limite permitido para alterações orçamentárias.

3.5 A receita orçamentária no período, no valor de **R\$ 15.976.735,54**, somada às transferências financeiras recebidas no valor de **R\$ 27.262.470,67**, os recebimentos extraorçamentários no valor de **R\$ 4.871.099,22** e ao saldo do exercício anterior, no valor de **R\$ 2.639.016,93**, foi suficiente para cobrir as despesas orçamentárias, no





valor de **R\$ 27.795.323,65**, as transferências financeiras concedidas no montante de **R\$ 33.689,02**, os pagamentos extraorçamentários no valor de **R\$ 5.281.640,94**, restando saldo de **R\$ 17.638.668,75** para o exercício seguinte, conforme se observa no Balanço Financeiro, às fls. **143 e 144**.

3.6 O Balanço Patrimonial, às fls. **151 e 152**, demonstra uma situação **positiva** dos bens, direitos e obrigações, como se observa a seguir:

3.6.1 O Passivo Circulante é maior que o Ativo Circulante em **1,60%**, demonstrando insuficiência de recursos para pagamento das dívidas de curto prazo.

3.6.2 O Ativo Não Circulante foi de **R\$ 727.683.592,16**, composto pelo Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado, Intangível, não tendo sido constituído Passivo Não Circulante (Dívida Fundada), fl. **154**.

3.6.3 Houve inscrição de despesas em restos a pagar no exercício no valor de **R\$ 4.289.048,90**, deste montante, **R\$ 2.398.976,87** refere-se a restos a pagar processados e **R\$ 1.890.072,03** restos a pagar não processados, conforme demonstrado no Balanço Financeiro às fls. **143**.

3.6.3.1 Registra-se um montante inscrito em restos a pagar não processados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. **140**, do qual foi liquidado **R\$ 363.112,50**, pago **R\$ 363.112,50** e cancelado **R\$ 156.100,80**, restando ainda um saldo de **R\$ 160.832,30**, justificado às fls. **197/198**.

3.6.3.2 Do montante inscrito em restos a pagar processados e não processados liquidados de exercícios anteriores, demonstrado à fl. **141**, foi pago **R\$ 4.340.227,32** e cancelado **R\$ 55.618,22**, restando um saldo de **R\$ 5.087.521,54**, justificado à fl. **198 e 203**.

3.6.4 O Quadro do Superávit/Déficit Financeiro do Balanço Patrimonial, demonstra um **superávit** financeiro de **R\$ 8.313.085,91**, obtido a partir da comparação do Ativo Financeiro no valor de **R\$ 17.854.503,20**, com o Passivo Financeiro no valor de **R\$ 9.541.417,29**, conforme fls. **151 e 152**.

3.7 Os bens patrimoniais, móveis e imóveis, próprios e de terceiros, estão registrados no imobilizado, fls. **151 e 152** no valor total de **R\$ 727.682.939,28**, já deduzida a depreciação, não havendo, todavia, informações quanto à posição física do SISPAT, conforme justificativa Nota Explicativa às fls. **194 a 196 e 204**, no entanto, a mesma é insuficiente para fundamentar a deficiência de controle patrimonial do exercício em análise. Ademais, a ausência da posição física do SISPAT, impossibilita os técnicos desta Controladoria Geral do Estado em confrontar as contas contábeis patrimoniais dispostas no SIAFEM com os grupos de contas do SISPAT.

3.7.1 A Nota Explicativa à fl. **196** evidencia saldo de bens móveis próprios em processo de localização no valor de **R\$ 21.819,16**, havendo baixa no exercício em análise, no montante de **R\$ 219.100,62**.



Handwritten signature and initials



3.8 A conta contábil "Estoques", fl. **151 e 152**, apresenta saldo no valor de **R\$ 49.157,27**, que confere com a posição física e financeira do material em estoque, às fls. **257 a 276**.

3.9 A conta "Caixa e Equivalentes de Caixa", à fl. **151 e 152**, registra saldo no valor total de **R\$ 17.557.268,04**, que confere com o Balanço Financeiro, extratos e conciliação bancária, fls. **278 a 360**, conforme discriminação abaixo:

a) banco conta movimento **R\$ 17.521.688,87**:

- 1 - **R\$ 58.509,54** na Conta Única do Tesouro Estadual;
- 2 - **R\$ 17.463.179,33** nas contas bancárias específicas;

b) aplicação financeira **R\$ 35.579,17**.

3.10 As contas do Passivo Circulante, fl. **151 e 152** totalizam um saldo de **R\$ 30.851.101,19**, correspondentes a Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

3.11 Não há registro de saldo na conta "Passivo Não Circulante", conforme evidenciado no demonstrativo à fl. **151, 152 e 154**.

3.12 O resultado patrimonial do período evidencia Variação Patrimonial Aumentativa de **R\$ 32.313.470,70** e Variação Patrimonial Diminutiva de **R\$ 46.787.930,21**, demonstrando resultado patrimonial **negativo** do período, no montante de **R\$ 14.474.459,51**, conforme demonstrado às fls. **147 a 149**.

3.13 A Demonstração dos Fluxos de Caixa demonstrou as origens e as aplicações de caixa, gerando o montante líquido final no valor de **R\$ 17.638.668,75**, à fls. **158 a 160**.

4. Com a aplicação da técnica de fiscalização de processos houve a avaliação prévia de **02 (dois)** processos de adesão em ata de registro de preços, tendo sido recomendadas adoção de medidas corretivas para melhor instrução processual e adequação às normas.

4.1 A Controladoria Geral do Estado criou um setor dedicado exclusivamente a prestar orientações aos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual, tendo sido realizados em **2017, 01** (uma) fiscalização in loco, **02 (dois)** atendimentos via telefone e **02 (dois)** atendimentos presenciais para esclarecimento de dúvidas quanto à instrução processual, execução e fiscalização de contratos, licitação, dentre outras.

4.2 Houve acompanhamento e avaliações trimestrais, durante todo o exercício de **2017**, da execução do PPA e do orçamento, por meio de sistema próprio, para fins de verificação do cumprimento das metas e objetivos previstos no Plano Plurianual e nas ações orçamentárias, conforme demonstrados no item 6 deste Relatório.





5. Ressalte-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Contas do Estado não realizou Auditoria de Regularidade no órgão, no exercício em análise, não tendo ainda encaminhado o respectivo relatório a unidade gestora, conforme informado à fl. 375.

6. O desempenho institucional das atividades, serviços públicos, programas e ações governamentais, a cargo da Unidade Orçamentária, estão demonstrados através do Relatório de Gestão às fls. 23 a 95, exigido pela já citada IN nº 006/03 TCE.

6.1 O Relatório de Gestão de que trata a IN nº 006/2003 do TCE aponta os níveis de resultados quanto ao alcance dos objetivos estabelecidos para a **Secretaria do Desenvolvimento da Agricultura**, desenvolvidos com base nas metas e nos indicadores estabelecidos na Lei Estadual nº 3.051/2015 (PPA 2016-2019) e a eficiência e eficácia dos projetos e atividades por meio das ações orçamentárias contidas na Lei Estadual nº 3.177/2016 (Lei Orçamentária Anual - LOA).

6.2 O Relatório demonstra que as atribuições do Órgão foram desenvolvidas com vistas a contribuir para o alcance dos objetivos, às fls. 28 a 29, definidos nos Programas Temáticos: **Programa 1147 – Agricultura Familiar** e **Programa 1148 – Desenvolvimento Agropecuário** com suporte nas ações do **Programa 1100 – Manutenção e Gestão do poder Executivo**.

6.3 Para o objetivo do Órgão foram estabelecidas 14 (quatorze) metas físicas, sendo 13 (treze) regionalizadas e 01 (uma) não regionalizada para o quadriênio 2016-2019, cuja execução, no exercício em análise, indica baixo desempenho, em relação ao que se pretende alcançar para o exercício, conforme análises/justificativas, às fls. 34 a 50.

6.4 A avaliação do grau de efetividade do alcance dos objetivos definidos no PPA foi realizada por meio da aferição de 04 (quatro) indicadores, dos quais 02 (dois) apresentara um nível satisfatório para o órgão, 01 (um) um nível insatisfatório e o outro não tenha sido apurado, conforme demonstrado, às fls. 30 a 33.

6.5 Para o alcance dos objetivos do Órgão foram elaboradas 18 (dezoito) ações temáticas, sendo 13 (treze) de natureza atividade e 05 (cinco) de natureza projeto, cuja execução foi avaliada com base nos índices da gestão física e orçamentário-financeira, explicitando um bom grau de eficiência, apresentando a não realização física de 02 (duas) e financeira de 01 (uma) delas, respectivamente, conforme análises/justificativas nos demonstrativos, às fls. 34 a 50.

6.6 A execução das ações de gestão, envolvendo um total de 05 (cinco) ações orçamentárias, sendo todas de natureza atividade, demonstra que as mesmas tiveram uma significativa contribuição, uma vez que o montante de recursos autorizados alcançou um percentual de **89,29%** de execução no Programa Manutenção e Gestão da Pasta, conforme análises/justificativas, às fls. 84 a 89.

7. Com referência à força de trabalho foi informado, como demonstrado às fls. 368 a 373, um quantitativo de **277** servidores, sendo **89** foram admitidos no



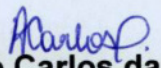
Assinatura
5

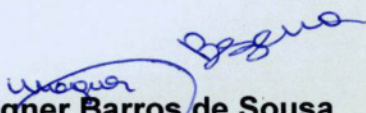


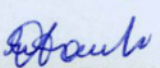
exercício por meio de contrato temporário, conforme demonstrado na folha de pagamento de 2017.

8. Com essas considerações, tendo em vista que não foram evidenciados atos e fatos da Gestão em apreço que pudessem comprometer ou causar prejuízo ao Erário Estadual, concluímos pela **REGULARIDADE** das contas apresentadas pelos responsáveis **Clemente Barros Neto, José Humberto de Oliveira, Renato dos Passos Rodrigues** e outros relacionados neste processo, fl. 03, **COM RESSALVAS** aos itens **3.1, 3.7, 6.3 e 6.4** deste relatório.

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO E DE AÇÕES DE CONTROLE INTERNO, em Palmas, aos 27 dias do mês de fevereiro de 2018.

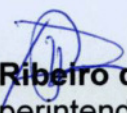

Anne Carlos da Silva
Analista/Supervisor


Wagner Barros de Sousa
Analista/Contador


Raimunda Nonata Diogo Araújo
Analista do PPA/Técnica em
contabilidade


Augusto de Souza Pinheiro Júnior
Diretor de Auditoria e Fiscalização

- I – De acordo;
II – Encaminhe-se o presente Relatório ao Secretário-Chefe, para fins de análise em emissão do competente parecer de auditoria.
Em: 27/02/2018.


Silene Ribeiro de Souza
Superintendente

